# MENSAGEM Nº 24 /2020

Salvador, 29 de setembro de 2020.

Excelentíssimo Senhor.
Vereador **GERALDO JÚNIOR**
Presidente da Câmara Municipal de Salvador
Nesta

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, em cumprimento ao disposto no inciso III, § 6º, do art. 163 da Lei Orgânica do Município, e no art. 8º da Lei nº 9.535/2020, para apreciação dessa colenda Câmara Municipal, o Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município do Salvador, para o exercício financeiro de 2021, reunindo as propostas dos Poderes Legislativo e Executivo municipais.

Elaborado em estrita observância às orientações disciplinadoras da matéria, especialmente no que concerne aos dispositivos constitucionais pertinentes, a respectiva compatibilidade com o Plano Plurianual 2018-2021 e com as Diretrizes Orçamentárias estabelecidas para o exercício vindouro, assim como as normas que integram a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, o presente Projeto de Lei Orçamentária – PLOA/2021 encontra-se estruturado nos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento, alcançando todas as Secretarias, Órgãos, Fundos, Empresas e Entidades da Administração Direta e Indireta do Município.

Além da conformação ao princípio da legalidade, a construção da Peça Orçamentária é orientada pelo contexto dos cenários sócio, político e econômicos estabelecidos e prospectados para o ente federativo, que lhe servem de baliza, na medida em que impactam diretamente os limites das estimativas das receitas e o esboço da fixação das despesas.

É oportuno, ainda, observar que a Proposta Orçamentária foi concebida em um ambiente de elevada incerteza, em virtude da crise sanitária em curso, gerada pela pandemia da COVID-19, de amplitude mundial e de proporções sem precedentes na história recente, a qual se instalou de forma maciça em todo território nacional a partir de março do presente exercício.

Os efeitos econômicos da pandemia no Brasil, com o encolhimento das atividades produtivas e de consumo, a paralisação do comércio e a interrupção de importantes elos da cadeia produtiva, têm sido tão ou mais impactantes do que o observado no resto do mundo. Segundo a divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nos primeiros dias de setembro, a economia brasileira registrou uma contração de 9,7% no segundo trimestre deste exercício, em relação aos seus primeiros três meses. Se comparado com o segundo trimestre de 2019, esse resultado

**MENSAGEM Nº 24 /2020**

é ainda mais dramático, haja vista um registro na queda do PIB de 11,4%. Contudo, embora o cenário não favoreça, as previsões para a conclusão do corrente exercício, sinalizam um processo de retomada de crescimento, na medida em que se estima, para 2020, uma contração menor do PIB, atingindo -5,11% e uma inflação de 1,94% (Focus/BACEN-11/09/2020).

O efeito dominó dos impactos econômicos decorrentes da pandemia, por outro lado, se fazem sentir de modo mais intenso no ambiente social, evidenciado na elevação do nível de desemprego e desocupação no mercado formal e informal, assim como na redução drástica da renda do trabalhador, afetando sobremodo o consumo e, consequentemente, o mercado de produção de bens e serviços.

Em que pese os efeitos da crise terem atingido grande parte do planeta, incluindo o nosso país, no município de Salvador, as peculiaridades locais, a exemplo da coexistência de uma população de perfil socioeconômico marcado pela forte desigualdade de renda, com uma parcela relevante da força de trabalho atuando no mercado informal e uma estrutura de economia baseada no setor de serviço, com uma participação importante do segmento do turismo e sua cadeia produtiva, favoreceram, de forma mais perversa, o agravamento socioeconômico dessa pandemia.

O deterioramento dos lucros e a elevação da taxa de endividamento das famílias são outros aspectos a serem considerados. Esta última, atingiu em agosto passado 66,3% ou seja o maior percentual desde de março de 2015, conforme evidencia a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PIEC), da FECOMERCIO- BA, 27/08/2020. Já o registro de uma queda na receita municipal, da ordem de R$ 283 milhões, no período de abril a agosto deste ano, é, sem dúvida, um termômetro do tamanho do encolhimento da economia da capital neste período.

Vale salientar que o enfrentamento e o controle de uma crise sanitária dessas proporções não se esgotam em medidas de saúde pública. A crise econômica e social instalada demandou dos governos, em todas as instâncias federativas, intervenções rápidas e eficazes que pudessem mitigar os danos acarretados não só aos setores produtivos (indústria, comércio, serviços), como à população mais vulnerável, atingida mais diretamente. Na fase atual, as ações de cunho assistencial que vêm sendo praticadas, a exemplo de auxílios financeiros, têm sido de importância fundamental para a sobrevivência desse contingente e têm operado como mecanismo de dinamização da economia, pelo fomento do consumo.

Entretanto, como é sabido, essas medidas são inquestionavelmente necessárias, mas de efeito imediato e temporário. A expectativa que se tem depositado numa retomada mais acelerada da economia está, sem dúvida, lastreada em um programa robusto de intervenções estruturantes, envolvendo todos os níveis de governo, voltadas aos desafios agravados com a pandemia, tais como desemprego, pobreza e falência de empresas, assim como a necessidade de promover estímulos capazes de provocar uma rápida reação do mercado produtivo. Nesta direção, o governo municipal desponta com um vigoroso plano estratégico de contenção da crise e restabelecimento da economia, trazendo à baila um conjunto de intervenções que alcançam medidas fiscais e tributárias, econômicas e sociais.

Conquanto o conjunto das medidas desenhadas mantenha um elevado grau de articulação e convirja para um propósito comum de restabelecimento da condição de normalidade da capital baiana, com o fomento da engrenagem de desenvolvimento e crescimento da economia, cada proposta traz a sua peculiaridade.

# MENSAGEM Nº 24 /2020

O pacote fiscal tributário propõe um bloco de benefícios, envolvendo tributos municipais, com o objetivo de restabelecer a condição de adimplência dos contribuintes, facilitando a retomada do aquecimento da atividade econômica, recuperação dos níveis de consumo, emprego e renda, além do estímulo a novos empreendimentos, inclusive os benefícios do Proturismo (setor hoteleiro, hospedagem e restaurantes).

Por sua vez, as medidas econômicas, apoiadas em sete eixos, contemplando a implementação de 101 ações, incluindo as fiscais tributárias e envolvendo o setor público e privado, que buscam investir em soluções urbanas focadas na incorporação do novo conceito de isolamento social, a intensificação de obras de infraestrutura e investimentos privados, os segmentos de mobilidade urbana, saneamento e habitação, infraestrutura urbana, além de agilizar as condições necessárias ao licenciamento de empreendimentos privados, grande parte estão absorvidas no Programa de Trabalho da LOA/2021.

Saliente-se que, o ambiente de negócios vem requerer da Prefeitura uma melhor conformação, com a agilização do processo de modernização e inovação de seus serviços, aportando soluções digitais para tornar mais rápida a abertura de empresas, os prazos de licenciamento dentre outras demandas, removendo procedimentos que atualmente acarretam morosidade na dinâmica dos negócios. Integra, ainda, esse conjunto, o apoio aos pequenos negócios, visando garantir a sobrevivência dos micros e pequenos empresários e o estímulo à economia criativa.

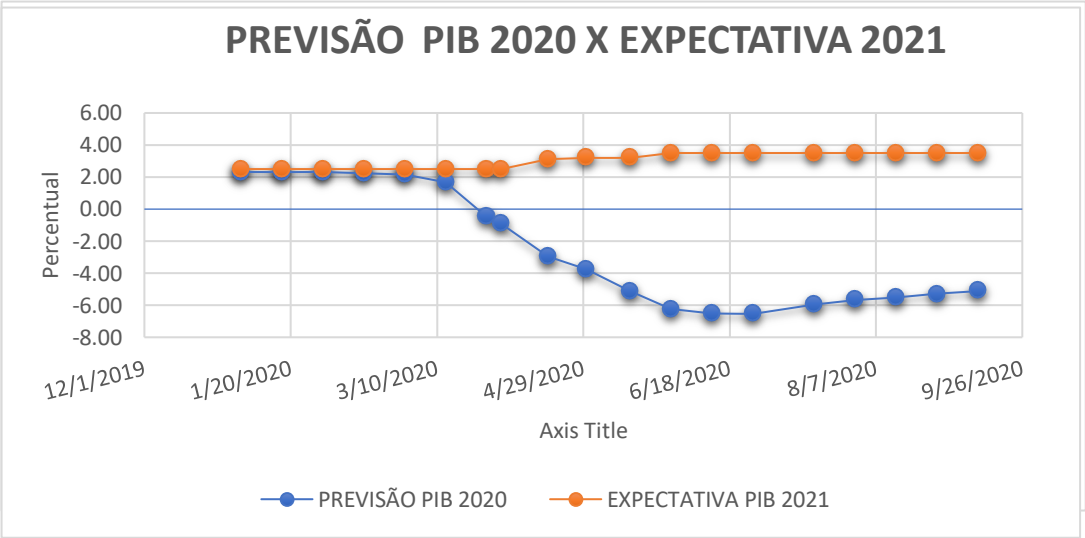
Com a convicção de que Salvador é um centro de referência mundial na criatividade de diversos segmentos, tais como música, gastronomia e festas populares, que foram severamente atingidos com a pandemia, o governo municipal propõe não só promover o amparo emergencial, para gerar alternativa de renda, como investir em soluções para soerguer e restabelecer a vocação cultural, uma das marcas do município. Como ações estruturantes, destaca-se, também, o projeto DOCA 1, que visa fomentar a cadeia criativa de Salvador, aproximando agentes e gerando oportunidades de negócios, mediante a oferta de infraestrutura, capacitação e um calendário de eventos.

Já as propostas da área social, considerando a extensão e a adversidade dos efeitos da crise sanitária em relação aos estratos mais vulneráveis da população, consistem em ações de cunho preferencialmente assistencial, com o propósito de mitigar os efeitos perversos acarretados no emprego, na renda e, principalmente, na subsistência dessa população. Assim, propõe-se fortalecer as parcerias com as OSC's para ampliar o atendimento à população, investir no empreendedorismo popular de famílias vulneráveis inseridas no CADUNICO, ampliar os benefícios eventuais e o atendimento às pessoas em situação de rua pelas Unidades Emergenciais, concessão de cestas básicas e benefícios emergenciais, assegurando a sobrevivência da população carente, e, ainda, distribuir refeições, implementar o Programa Prato Amigo, que conta com a parceria privada, o funcionamento de mais um Centro POP nos Mares, e do apoio às instituições de abrigo de idosos, crianças e adolescentes.

# MENSAGEM Nº 24 /2020

Concomitante às iniciativas que integram a pauta de todos os entes federados, observa-se que, enquanto a pandemia perde fôlego e nos aproximamos do "novo normal," cresce no mercado, a expectativa de que a economia venha a se restabelecer, sugerindo uma trajetória de crescimento com relativa estabilidade. Esse sentimento pode ser confirmado observando-se o gráfico a seguir, que desenha o perfil da crise à luz dos indicadores macroeconômicos**,** a partir de janeiro/2020, passando pelo período mais crítico da crise até a última posição levantada em 11/09/2020, na pesquisa FOCUS/BACEN. Essa trajetória mostra uma redução no processo deflacionário de 2020, e sinaliza um crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto para 2021, ainda que sob uma base deprimida de -5.11% e uma inflação variando na casa de 3,01%.

Fonte: Banco Central- Boletim Focus




Lastreada neste cenário, a Proposta Orçamentária para o exercício de 2021 estima receita e fixa despesa no montante total de **R$ 8.030.970.000,00** (oito bilhões, trinta milhões e novecentos e setenta mil reais), mantendo, praticamente, os mesmos valores orçados para LOA/ 2020 e na LDO/2021, que foram, respectivamente, **R$ 8.048.221.000,00** (oito bilhões, quarenta e oito milhões e duzentos e vinte e um mil reais) e **R$ 8.091.993.000,00** (oito bilhões noventa e um milhões e novecentos e noventa e três mil reais).

**Considerações sobre as projeções de Receita e Despesa**

O equilíbrio da equação Receita/Despesa é um dos princípios fundamentais na construção da Peça Orçamentária, cujo pressuposto é necessidade de, em caráter preliminar, estimar a receita para, na costura orçamentária, se fixar a despesa em igual valor.

O processo de estimativa das receitas para o exercício 2021, considerando a peculiaridade de cada uma delas, tomou, como base de projeção, os indicadores macroeconômicos, posicionados em 10 de julho de 2020 (FOCUS/BACEN), discriminados a seguir, o desempenho histórico, levando em consideração, dentre outros aspectos, o restabelecimento da ambiência de normalidade vivenciada até o

primeiro trimestre de 2020, o fator sazonalidade que impacta, circunstancialmente, no fluxo de arrecadação de determinadas receitas, além do componente esforço de arrecadação, impactando, principalmente na recuperação de créditos.

**Parâmetros Macroeconômicos Balizadores das Estimativas de Receitas**
PIB – 2020 (-6,10%) e 2021 (3,50%)
IPCA – 2020 (1,72%) e 2021 (3,00%)
Taxa SELIC – 2020 (2,01%) e 2021 (2,97)

Observando os parâmetros que balizaram a Proposta Orçamentária da União, levantados pela SPE/FAZENDA/ME em 10/07, pode-se afirmar que, embora tenha incorporado uma expectativa de crescimento do PIB, para 2021, discretamente inferior à previsão FOCUS/BACEN, adotada pelo município, no geral, os parâmetros sugerem uma situação ainda mais favorecedora para economia, conforme evidenciam os indicadores a seguir:

PIB- 2020 (-4,70%) e 2021 (3,20%)
IPCA- 2020 (1,60%) e 2021 (3,24%)
Taxa SELIC- 2020(2,63%) e 2021 (2,13)

Com base nos critérios utilizados nas projeções, a composição das receitas para 2021 manteve o perfil habitual, onde as receitas correntes, originárias de arrecadação própria ou transferências constitucionais e legais, figuram com a maior representatividade. A Proposta estima para essa categoria **R$ 6,7 bilhões**, equivalendo a 84% da receita total, dos quais **R$ 2,7 bilhões** são tributos e taxas de arrecadação direta do município. Outro item significativo na composição das receitas são as transferências constitucionais e legais, que representam 47% das receitas correntes, totalizadas **em R$ 3,2 bilhões**. Nesta categoria, a expressividade da receita está concentrada no SUS, FPM, ICMS, e FUNDEB, que somam **R$ 2,8 bilhões**, ou seja, 90% das transferências. Por sua vez, as receitas intraorçamentárias e de capital figuram com uma representatividade da receita total de 4% e 12% respectivamente.

Tendo em vista a peculiaridade do momento ora vivenciado, e estando a estimativa da receita do PLOA/ 2021, no patamar equivalente às projeções da LDO/2021 e LOA/2020, vale considerar, na análise comparativa exibida no **Quadro I,** alguns destaques de variações apresentadas.

Nas Receitas Correntes, os Impostos e as Taxas como eram de se esperar, mesmo num processo de recuperação da economia, o reflexo da crise ainda se faz presente, o que justifica naturalmente uma projeção inferior a da LDO/2021, com um cenário ainda obscuro se comparado com 2020, que teve sua receita estimada em 2019, com um quadro totalmente adverso ao que se configura hoje. Nesta linha, a queda da projeção do ITIV, entre o PLOA e a LDO/2021 reflete uma visão mais apurada da reação do mercado imobiliário, mesmo apostando no seu reaquecimento com os benefícios advindos do Pacote Fiscal/Tributário para esse segmento da economia. Já o crescimento no item de Contribuições é reflexo direto do aumento da alíquota imputada aos ativos e inativos, decorrente da Reforma Previdenciária, implementada em folha a partir do mês de julho do corrente exercício.

A receita patrimonial, onde as aplicações financeiras figuram com maior representatividade, a queda evidenciada é o reflexo natural da redução das taxas de juros. Por sua vez, a visão comparativa da receita industrial, sinaliza um crescimento, entre os valores da LDO/2021 e a LOA/2020. Saliente-se que a estimativa dessa receita

é pautada exclusivamente em registros contábeis disponíveis, podendo, na execução, atingir valores bem superiores aos consignados inicialmente.

Na categoria de receitas de serviços, o mais representativo são os patrocínios recebidos pela Prefeitura, dentre outros, para carnaval, festas populares e réveillon . No quadro atual, em função do isolamento social para contenção da pandemia, esses eventos, em princípio, estarão suspensos. Daí a redução da expectativa dessa receita.

Quanto às Transferências Correntes, embora se verifique queda na maioria dos seus componentes, a variação positiva do item tem como âncora a previsão de reforço do SUS, nutrindo a expectativa de que em 2021, ainda se administrando a crise sanitária, o município receba reforço financeiro com a finalidade de superar definitivamente a pandemia causada pela COVID-19.

A redução configurada na receita de Alienação de Bens retrata o esgotamento do cadastro de bens imóveis disponíveis para venda. Contudo, o crescimento das Operações de Crédito em relação à LOA/2020, encontra justificativa no estágio de maturidade atingido por determinados projetos, requerendo, para o próximo exercício, um maior desembolso no sentido de viabilizar o cumprimento das metas estabelecidas para o Programa de Trabalho de 2021.

Dos recursos que envolvem financiamentos externos para 2021, no total de **R$ 538,8 milhões**, verifica-se que **R$ 213,1 milhões** são financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para implementação de ações voltadas ao turismo, Projeto PRODETUR, no total de **R$ 115,8 milhões** e para o Saneamento e Urbanização do Subúrbio Ferroviário de Salvador- Projeto Novo Mané Dendê, com recursos alocados no total de **R$ 97,2 milhões**. Com o Banco Mundial, que prevê para o próximo exercício um montante de recursos da ordem de **R$ 236,4 milhões**, contemplam-se ações dirigidas à ampliação e fortalecimento da área social, envolvendo os setores de educação, saúde e assistência social. Por sua vez, o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF prevê investir em 2021, o montante de **R$ 89,3 milhões** no Programa de Requalificação Urbana de Salvador – PROQUALI.

Com financiamento interno, contratado com a Caixa Econômica Federal – CEF, o projeto do BRT – Transporte Público Eficiente e de Qualidade – propõe investir **R$ 71,3 milhões** em intervenções aos trechos I e II. Ainda com recursos oriundos da CEF, temos o Programa de Financiamento de Infraestrutura e Saneamento – FINISA, alocando **R$ 49,2** milhões. Com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, vem sendo executado o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Básicos de Salvador – PMAT, o qual prevê um desembolso da ordem de **R$ 11,1 milhões**. Por último, o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAFM-III programou, para 2021, a aplicação de **R$ 13,9 milhões**.

**QUADRO 1**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**RESUMO GERAL DA RECEITA**
**Recursos de Todas as Fontes**

**R$ 1,00**

| Discriminação | LOA 2021 | LDO 2021 | % (a/b) | LOA 2020 | % (a/c) |
|---|---|---|---|---|---|

## MENSAGEM Nº 24 /2020

| | (a) | (b) | | (c) | |
|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITA TOTAL (I + II + III)** | **8.030.970.000** | **8.091.992.000** | **-1%** | **8.048.221.000** | **0%** |
| **I- RECEITA CORRENTE** | **6.731.687.000** | **6.782.215.000** | **-1%** | **6.779.163.000** | **-1%** |
| **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | **2.745.397.000** | **2.828.997.000** | **-3%** | **2.731.002.000** | **1%** |
| IPTU | 746.497.000 | 779.580.000 | -4% | 769.496.000 | -3% |
| ITIV | 183.879.000 | 222.597.000 | -17% | 185.470.000 | -1% |
| ISS | 1.208.137.000 | 1.201.949.000 | 1% | 1.189.574.000 | 2% |
| Impostos sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza | 270.748.000 | 286.007.000 | -5% | 266.365.000 | 2% |
| Taxas | 336.136.000 | 338.864.000 | -1% | 320.097.000 | 5% |
| **Contribuições** | **399.746.000** | **374.954.000** | **7%** | **383.808.000** | **4%** |
| **Receita Patrimonial** | **107.092.000** | **108.593.000** | **-1%** | **152.057.000** | **-30%** |
| **Receita Industrial** | **110.000** | **100.000** | **10%** | **50.000** | **120%** |
| **Receita de Serviços** | **12.231.000** | **17.088.000** | **-28%** | **19.053.000** | **-36%** |
| **Transferências Correntes** | **3.154.260.000** | **3.128.937.000** | **1%** | **3.074.360.000** | **3%** |
| FPM | 737.438.000 | 782.576.000 | -6% | 733.232.000 | 1% |
| SUS | 873.954.000 | 758.260.000 | 15% | 740.092.000 | 18% |
| ICMS | 664.402.000 | 669.202.000 | -1% | 672.086.000 | -1% |
| FUNDEB | 572.830.000 | 605.497.000 | -5% | 631.700.000 | -9% |
| Complementação FUNDEB | 157.897.000 | 137.685.000 | 15% | 176.000.000 | -10% |
| Transferências do FUNDEB | 414.933.000 | 467.812.000 | -11% | 455.700.000 | -9% |
| Demais Transferências Correntes | 305.636.000 | 313.402.000 | -2% | 297.250.000 | 3% |
| **Outras Receitas Correntes** | **312.851.000** | **323.546.000** | **-3%** | **418.833.000** | **-25%** |
| **II- RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA CORRENTES** | **347.324.000** | **347.808.000** | **0%** | **347.708.000** | **0%** |
| Contribuições | 346.881.000 | 347.409.000 | 0% | 347.220.000 | 0% |
| Demais Contribuições | 443.000 | 399.000 | 11% | 488.000 | -9% |
| **III - RECEITA DE CAPITAL** | **951.959.000** | **961.969.000** | **-1%** | **921.350.000** | **3%** |
| Operações de Crédito | 684.368.000 | 699.286.000 | -2% | 569.469.000 | 20% |
| Alienação de Bens | 67.090.000 | 67.090.000 | 0% | 150.734.000 | -55% |
| Transferências de Capital | 200.501.000 | 195.593.000 | 3% | 201.147.000 | 0% |

Fonte: PLOA 2021, LDO 2021 e LOA 2020

# MENSAGEM Nº 24 /2020

Os **Quadros 2 e 3** estruturam as Receitas em três macro categorias: Receita Livre do Tesouro, Receita do Tesouro Vinculada e Receita Própria da Administração Indireta, ressaltando, pela identidade da fonte, o grau de discricionaridade e vinculação da receita.

Na categoria Tesouro, os recursos livres e vinculados correspondem a **R$ 7.9 bilhões**, representando 98,91% das receitas estimadas. Destas**, R$ 3.1 bilhões,** ou sejam 38,72% são recursos livres, sobre os quais o gestor tem poder discricionário. Já os **R$ 4.8 bilhões** que correspondem a 60,18% dos recursos do tesouro, têm destino de aplicação própria, mantendo vinculação com a natureza de gasto, o que determina, pela sua representatividade, um grau elevado de engessamento para o gestor público.

Contudo, do total de recursos vinculados, 64% estão canalizados para Educação e Saúde, perfazendo um total de **R$ 1.3 e R$ 1.8 bilhão**, respectivamente, incluindo-se aí, não só os recursos das transferências legalmente previstos, como os de convênios específicos. Merecem destaque ainda, como receitas vinculadas, os valores apropriados para Operações de Créditos e Convênios que representam 18% dessa categoria, totalizando **R$ 888,9 milhões**, o que confirma o êxito da estratégia de captação de recursos adotada, como alternativa de viabilizar o Programa de Trabalho do Governo.

**QUADRO 2**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**Receita Estimada por Categoria de Fonte**

**R$ 1,00**

| CATEGORIA | PROPOSTA 2021 | % no Total |
|---|---|---|
| RECEITA LIVRES DO TESOURO | 3.109.704.000 | 38,72% |
| RECEITA DO TESOURO VINCULADAS | 4.833.394.000 | 60,18% |
| RECEITA PRÓPRIA DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 87.872.000 | 1,09% |
| **TOTAL GERAL DA RECEITA** | **8.030.970.000** | **100,00%** |
| Fonte: PLOA 2021 | | |

**QUADRO 3**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**Receita Estimada por Categoria de Fonte**

| **Receitas Livres do Tesouro** | | | |
|---|---|---|---|
| **Código** | **Fonte de Recurso** | **Proposta 2021** | **% do Total** |
| 1.00 | Tesouro | 3.041.648.000 | 37,87% |
| 1.92 | Alienação de Bens | 68.056.000 | 0,85% |
| **Total** | | **3.109.704.000** | **38,72%** |
| **Receitas do Tesouro Vinculadas** | | | |

## MENSAGEM Nº 24 /2020

| Código | Fonte de Recurso | Proposta 2021 | % do Total |
|---|---|---|---|
| 1.01 | Rec. de Impostos e Transferências de Impostos - Educação | 718.579.000 | 8,95% |
| 1.02 | Rec. de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde | 894.502.000 | 11,14% |
| 1.07 | CODECON - Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor | 3.168.000 | 0,04% |
| 1.09 | Outras Fontes - Tesouro | 7.100.000 | 0,09% |
| 1.10 | FCBA - Fundo de Cultura do Estado da Bahia | 1.084.000 | 0,01% |
| 1.13 | ODC - Outorga Onerosa do Direito de Construir | 7.619.000 | 0,09% |
| 1.16 | Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE | 2.036.000 | 0,03% |
| 1.17 | COSIP - Contribuição p/ Custeio da Iluminação Pública | 194.627.000 | 2,42% |
| 1.24 | Transferências de Convênio - Outros | 203.094.000 | 2,53% |
| 1.42 | ROYALTIES/Fundo Esp.Petroleo/Comp. Finan.Exp.Rec.Minerais | 17.083.000 | 0,21% |
| 1.90 | Operação de Crédito Internas | 146.041.000 | 1,82% |
| 1.91 | Operação de Crédito Externo | 539.475.000 | 6,72% |
| 2.03 | Contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS | 555.806.000 | 6,92% |
| 2.04 | Contribuição ao Prog. Ensino Fundamental - Salário Educação | 17.302.000 | 0,22% |
| 2.11 | Receita Fonte Própria Fundos | 2.817.000 | 0,04% |
| 2.12 | Rec. Próprios Fundo Municipal de Mobilidade Urbana | 3.174.000 | 0,04% |
| 2.14 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS do Governo Federal - Bloco Custeio | 876.927.000 | 10,92% |
| 2.18 | Transf. FUNDEB (Aplic. Remuneração dos Profiss. Educação) | 334.843.000 | 4,17% |
| 2.19 | Transf. FUNDEB (Outras Despesas da Educação Básica) | 83.711.000 | 1,04% |
| 2.20 | Recursos de Complementação da União - Transferências FUNDEB 60% | 142.897.000 | 1,78% |
| 2.21 | Recursos de Complementação da União - Transferências FUNDEB 40% | 15.000.000 | 0,19% |
| 2.22 | Transf. De Convênio - Educação | 253.000 | 0,00% |
| 2.23 | Transf. De Convênio - Saúde | 3.741.000 | 0,05% |
| 2.25 | Transferências de Recursos do FNDE Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE | 202.000 | 0,00% |
| 2.26 | Transferências de Recursos do FNDE Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE | 16.507.000 | 0,21% |
| 2.28 | Transf. de Recursos Estaduais Dest. Prog. Assistência Social | 4.433.000 | 0,06% |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 2.29 | Transf. de Recursos do Fundo Nacional de Assistência - FNAS | 20.066.000 | 0,25% |
| 2.32 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS do Governo Federal - Bloco de Investimento | 552.000 | 0,01% |
| 2.33 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS do Governo Federal - Bloco de Custeio | 12.700.000 | 0,16% |
| 2.34 | Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração | 6.868.000 | 0,09% |
| 2.36 | Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Governo Estadual - Bloco de Investimento | 1.187.000 | 0,01% |
| **Total** | | **4.833.394.000** | **60,18%** |
| **Receitas Próprias da Administração Indireta** | | | |
| **Código** | **Fonte de Recurso** | **Proposta 2021** | **% do Total** |
| 050 | Receita Própria da Administração Indireta | 87.812.000 | 1,09% |
| 051 | Convênios de Entidades de Administração Indireta | 60.000 | 0,00% |
| **Total** | | **87.872.000** | **1,09%** |
| **Toral Geral da Receita** | | **8.030.970.000** | **100,00%** |

Fonte: PLOA 2021

Em conformidade com o princípio que rege a estruturação da Peça Orçamentária, segue-se, à estimativa da receita, a etapa de fixação da despesa, observando os aspectos legais, a obrigatoriedade de prevalência de gasto e a vinculação de despesa com receitas específicas.

Atentos a esses critérios e deduzido o valor pertinente ao Poder Legislativo, são construídas as cotas orçamentárias dos órgãos que integram o Poder Executivo Municipal, adotando-se como regra a distribuição da receita de forma a assegurar as despesas obrigatórias, assim entendidas as de pessoal e encargos, dívida, custeio mínimo e contrapartida de convênios e operações de crédito, seguida do rateio para o programa de investimento estabelecido, contemplando, em caráter preliminar, o elenco de ações que integram o Anexo de metas Prioritárias da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2021.

Neste sentido, foram fixadas as despesas para 2021, em valor igual à receita, compondo os Orçamentos Fiscais, da Seguridade Social e de Investimento. No Orçamento Fiscal, encontram-se todas as propostas de trabalho das Secretarias e Órgãos, à exceção das áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social, que integram o Orçamento da Seguridade Social. Por sua vez, o Orçamento de Investimento abriga o orçamento da empresa independente, a Companhia de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos de Salvador – CDEMS.

Não obstante a estruturação da despesa por tipo de Orçamento, a Proposta Orçamentária disponibiliza subsídios analíticos sob diversas óticas, das quais foram selecionadas as dos **Quadros 4, 5, 6 e 7** a seguir, contendo informações consolidadas que viabilizam a leitura contábil, institucional e programática, focadas na função orçamentária, além da avaliação dos limites de pessoal confrontados com os parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

# MENSAGEM Nº 24 /2020

**O Quadro 4** encontra-se estruturado em categorias e grupos de despesas – Corrente e Capital, acrescido no fechamento, com o item Reserva de Contingência, cuja funcionalidade legal consiste na cobertura de riscos fiscais e passivos contingentes. A categoria corrente, que abarca as despesas com pessoal e encargos, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes, representa 84% do montante orçado, correspondendo a **R$ 6,8 bilhões**. Por sua vez, as despesas de capital, com **R$ 1,2 bilhão**, equivalem a 15% do valor orçado e tem no item investimento (12%) a sua maior expressividade.

Vale lembrar, que a leitura desse quadro mostra, necessariamente, a visão contábil do orçamento, estruturando na despesa por categoria econômica. Com esse corte, como já mencionado, o item investimento, que corresponde às despesas alocadas no grupo 44, totalizam **R$ 969,8 milhões de reais**, correspondendo a 12% do total da despesa. Contudo, se avaliado o investimento sob a ótica do planejamento, que considera toda ação que resulta em oferta de bens e serviços à sociedade, sejam elas viabilizadas por despesas correntes ou de capital e por projetos ou atividades finalísticas, o valor orçado com base neste conceito é de **R$ 2,7bilhões**, equivalendo a 33% do montante orçado. Numa perspectiva mais conservadora, tomando por base apenas os valores inerentes aos projetos, o total destinado ao investimento é de **R$ 1.3** bilhão, correspondendo a 15,7% do valor orçado, superior inclusive ao percentual da despesa de capital como um todo.

**QUADRO 4**
**Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social**
**Despesa por Categorias Econômicas**
**Exercício de 2021**

**R$ 1,00**

| Discriminação | Fiscal | Seguridade Social | Total | % no Total |
|---|---|---|---|---|
| **DESPESAS CORRENTES** | **4.033.598.000** | **2.750.924.000** | **6.784.522.000** | **84%** |
| Pessoal e Encargos | 1.749.788.000 | 1.399.557.000 | 3.149.345.000 | 39% |
| Juros e Encargos da Dívida | 117.611.000 | - | 117.611.000 | 1% |
| Outras Despesas Correntes | 2.166.199.000 | 1.351.367.000 | 3.517.566.000 | 44% |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **1.185.665.000** | **35.783.000** | **1.221.448.000** | **15%** |
| Investimentos | 934.038.000 | 35.783.000 | 969.821.000 | 12% |
| Inversões Financeiras | 22.424.000 | - | 22.424.000 | 0% |
| Amortização da Dívida | 229.203.000 | - | 229.203.000 | 3% |
| **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** | **25.000.000** | **-** | **25.000.000** | **0%** |
| **T O T A L** | **5.244.263.000** | **2.786.707.000** | **8.030.970.000** | **100%** |
| Fonte: PLOA 2021 | | | | |

Na categoria de Despesas Correntes, o grupo Pessoal e Encargos destaca-se com uma participação da ordem de 39% e Outras Despesas Correntes com 44% do total orçado. Esta última categoria agrega todos os gastos do custeio administrativos, assim como todas as despesas enquadradas contabilmente na categoria de despesas correntes, ainda que vinculadas a projetos e atividades finalísticas.

Quanto às despesas de pessoal, em que pese configurar com uma escala de representatividade expressiva, em função das restrições impostas pela Lei

# MENSAGEM Nº 24 /2020

Complementar nº 173/2020, no que tange o aumento de despesa de pessoal, esse item, em relação à LOA/2020, que corresponde a 41% do valor orçado, apresenta uma queda de aproximadamente 2 pontos percentuais.

Na avaliação do cumprimento dos limites legais, a despeito dos problemas que vêm enfrentando diversos entes federativos, o município de Salvador mantém rigoroso controle dos parâmetros fiscais da boa governança, não enfrentando qualquer problema a esse respeito ao longo da atual gestão. Como se pode observar no **Quadro 5,** tanto o Poder Legislativo como o Executivo Municipal administram as suas despesas de pessoal com margem de conforto operacional bastante razoável, não atingindo sequer o limite de alerta que é de 48,6 % para o Executivo e 5,4% para o poder Legislativo.

**QUADRO 5**
**Demonstrativo Consolidado da Despesa de Pessoal**
**Orçamento Fiscal e da Seguridade**

**R$ 1,00**

| Poderes | Limite Legal % | Limite Prudencial % | Limite Alerta % | Valor alocado PL LOA 2021 | Receita Corrente Líquida | Limite Atingido % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Legislativo | 6% | 5,70% | 5,40% | 144.086.000 | 6.517.230.000 | 2,21% |
| Executivo | 54% | 51,30% | 48,60% | 2.383.953.000 | | 36,58% |

Fonte: LRF/2000

Um dos maiores desafios da Administração na estruturação da Proposta Orçamentária é, sem dúvida, atender com os recursos limitados às crescentes demandas da população por serviços públicos de qualidade de competência da área social, bem como a geração de emprego e renda, condições satisfatórias de habitabilidade, além do compromisso com o crescimento e desenvolvimento econômico do município.

O ano de 2020, com a crise sanitária porque estamos passando, levou o governo municipal, no seu compromisso com a vida dos soteropolitanos, a unir e centralizar esforços prioritariamente no combate à pandemia e no amparo às famílias em estado de vulnerabilidade. Embora os indicadores confiáveis sinalizem a desaceleração da condição aguda dessa crise, na perspectiva do restabelecimento da normalidade, estamos cientes de que a recuperação será resultante de um longo processo com extensões mais amplas e de alcance que extrapolam o presente exercício.

Neste sentido, não obstante a crença na necessidade de uma intervenção conjuntural mais contundente, o Orçamento de 2021, conforme evidenciam os **Quadros 6 e 7** que estruturam a alocação dos recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, por Órgão e Função respectivamente, canalizou, para a área social, com abrangência na Saúde, Educação e Assistência Social, o maior volume de recursos, correspondendo a 45% do seu total. Vale ressaltar que essas áreas contam também com receitas legalmente vinculadas para viabilização dos seus respectivos programas de trabalho.

Dando prosseguimento à análise conjugada dos quadros 6 e 7, observa-se que a função urbanismo, que absorve 19% do orçamento de 2021, reúne intervenções voltadas à manutenção da cidade, com pavimentação e conservação de vias,

iluminação e limpeza urbana, ações de trânsito e defesa civil, infraestrutura e obras públicas, além do desenvolvimento e urbanismo.

A área de gestão, que se encontra dispersa em diversos órgãos, configura 15% no orçamento, distribuídos nas unidades: Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito, parte da Procuradoria Geral do Município, Controladoria Geral do Município de Salvador, Casa Civil, Secretaria de Gestão e a Secretaria da Fazenda, sendo que os percentuais inferiores a 1% não foram registrados. Por sua vez, a compatibilidade entre função e órgão, mantendo a equivalência do peso representativo, está concentrada nas funções Administração e Previdência, esta última, sob a perspectiva institucional, encontra-se incorporada na Secretaria de Gestão.

Vale lembrar que, em relação ao Orçamento de 2020, não se verifica, com a Reforma da Previdência Municipal implantada a partir de julho do corrente exercício, um impacto maior na função previdenciária. O valor estimado para essa receita em relação ao orçado de 2020, apresenta apenas um crescimento em torno de 3%, ou seja, passando de **R$ 609,8 milhões** para **R$ 627,3 milhões** de reais.

Por fim, merecem destaque ainda os Encargos Gerais, com um peso de 7%, que abrigam duas unidades gestoras, vinculadas uma à Secretaria de Gestão – SEMGE e à Secretaria Municipal da Fazenda – SEFAZ. Considerando que a unidade gestora vinculada a SEMGE já integra a função administração, a equivalência da representatividade entre órgão/ função, se faz apenas entre os Encargos da SEFAZ com a função Encargos Especiais.

**QUADRO 6**
**Orçamento Fiscal e da Seguridade**
**Demonstrativo da Despesa Consolidada por Órgão**
**Exercício de 2021**

**R$ 1,00**

| Órgão | Fiscal | Seguridade Social | Total | % no Total |
|---|---|---|---|---|
| Câmara Municipal do Salvador | 183.355.000 | | 183.355.000 | 2% |
| Gabinete do Prefeito | 82.054.000 | - | 82.054.000 | 1% |
| Gabinete do Vice-Prefeito | 2.926.000 | | 2.926.000 | 0% |
| Procuradoria Geral do Município | 70.704.000 | | 70.704.000 | 1% |
| Casa Civil | 21.751.000 | 11.012.000 | 32.763.000 | 0% |
| Sec. Municipal da Fazenda | 219.637.000 | | 219.637.000 | 3% |
| Sec. Municipal da Saúde | | 1.924.646.000 | 1.924.646.000 | 24% |
| Sec. Municipal da Reparação | 5.840.000 | | 5.840.000 | 0% |
| Sec. Municipal de Gestão | 130.513.000 | 627.292.000 | 757.805.000 | 9% |
| Sec. Municipal de Sustentabilidade, Inovação e Resiliência | 64.054.000 | | 64.054.000 | 1% |
| Sec. Municipal da Educação | 1.472.117.000 | | 1.472.117.000 | 18% |
| Sec. Municipal de Ordem Pública | 782.702.000 | | 782.702.000 | 10% |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Sec. Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza | 3.650.000 | 183.739.000 | 187.389.000 | 2% |
| Sec. Municipal de Mobilidade | 441.320.000 | | 441.320.000 | 5% |
| Sec. Municipal de Cultura e Turismo | 304.007.000 | | 304.007.000 | 4% |
| Sec. Municipal de Manutenção da Cidade | 122.759.000 | | 122.759.000 | 2% |
| Sec. Municipal de Comunicação | 61.669.000 | | 61.669.000 | 1% |
| Sec. Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude | 24.425.000 | 40.018.000 | 64.443.000 | 1% |
| Sec. Municipal do Trabalho, Esportes e Lazer | 24.410.000 | | 24.410.000 | 0% |
| Sec. Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo | 91.061.000 | | 91.061.000 | 1% |
| Sec. Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas | 551.390.000 | | 551.390.000 | 7% |
| Controladoria Geral do Município de Salvador | 19.783.000 | | 19.783.000 | 0% |
| Encargos Gerais do Município | 539.136.000 | | 539.136.000 | 7% |
| Reserva de Contingência | 25.000.000 | | 25.000.000 | 0% |
| **Total** | **5.244.263.000** | **2.786.707.000** | **8.030.970.000** | **100%** |

Fonte: PLOA 2021

**QUADRO 7**
**Orçamento Fiscal e da Seguridade**
**Demonstrativo da Despesa Consolidada por Função**
**Exercício de 2021**

**R$ 1,00**

| FUNÇÃO | FISCAL | SEGURIDADE SOCIAL | TOTAL | % no Total |
|---|---|---|---|---|
| Legislativa | 183.355.000 | | 183.355.000 | 2% |
| Judiciária | 60.490.000 | | 60.490.000 | 1% |
| Administração | 540.532.000 | | 540.532.000 | 7% |
| Segurança Pública | 90.021.000 | | 90.021.000 | 1% |
| Assistência Social | | 234.769.000 | 234.769.000 | 3% |
| Previdência Social | | 627.292.000 | 627.292.000 | 8% |
| Saúde | | 1.924.646.000 | 1.924.646.000 | 24% |
| Trabalho | 20.599.000 | | 20.599.000 | 0% |
| Educação | 1.472.117.000 | | 1.472.117.000 | 18% |
| Cultura | 22.519.000 | | 22.519.000 | 0% |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Direitos da Cidadania | 33.915.000 | | 33.915.000 | 0% |
| Urbanismo | 1.547.870.000 | | 1.547.870.000 | 19% |
| Habitação | 66.099.000 | | 66.099.000 | 1% |
| Gestão Ambiental | 38.758.000 | | 38.758.000 | 0% |
| Indústria | 19.632.000 | | 19.632.000 | 0% |
| Comércio e Serviços | 335.660.000 | | 335.660.000 | 4% |
| Comunicações | 61.669.000 | | 61.669.000 | 1% |
| Transporte | 254.745.000 | | 254.745.000 | 3% |
| Desporto e Lazer | 4.941.000 | | 4.941.000 | 0% |
| Encargos Especiais | 466.341.000 | | 466.341.000 | 6% |
| Reserva de Contingência | 25.000.000 | | 25.000.000 | 0% |
| **TOTAL** | **5.244.263.000** | **2.786.707.000** | **8.030.970.000** | **100%** |

Fonte: PLOA 2021

**Comentários sobre o Programa de Trabalho**

A apreciação de uma Proposta Orçamentária não se restringe ao balanço avaliativo do cumprimento das exigências legais e as evidências dos demonstrativos de Receita e Despesas. O Orçamento é, sem dúvida, a Peça executiva do Planejamento Governamental e, como tal, deve espelhar o Programa de Trabalho proposto para o exercício, confirmando os compromissos de entrega assumidos pelo governo junto à sociedade.

É com essa convicção que ao longo desses oito anos de gestão, se tem trabalhado arduamente, buscando a melhoria da qualidade de vida e a promoção da dignidade do cidadão soteropolitano, sem perder de vista a necessidade de aparelhar Salvador para se tornar uma metrópole competitiva e reconhecida em âmbito nacional e internacional.

A conduta pautada no planejamento, na determinação, no monitoramento das decisões e no foco dos resultados, tem sido a maior aliada para o sucesso dessa gestão. Essa afirmativa pode ser comprovada na capacidade do Município em conciliar o enfrentamento da crise sanitária do novo coronavírus, em clima de relativa normalidade, buscando responder com eficiência e agilidade as exigências de uma demanda totalmente inesperada, de efeitos perversos e alcance elevados na saúde pública e na ordem econômica e social, sustentando o foco nas metas estabelecidas de um Programa de Trabalho vigoroso, principalmente nas intervenções que contam com recursos de operações de crédito, convênios e contratos.

Assim é que, a despeito das dificuldades enfrentadas, especialmente na área social, (Saúde, Educação e Assistência Social), que conta com um reforço de recursos do Programa Salvador Social da ordem de **R$ 236,4 milhões,** é possível registrar, no Programa de Trabalho, que integra a Proposta Orçamentária de 2021, as intervenções que se seguem:

A Educação é uma das principais bandeiras do atual governo do Município. Neste sentido, foram reservados, no Orçamento 2021, recursos da ordem de **R$1,5 bilhão** de reais para gestão dessa atividade.

# MENSAGEM Nº 24 /2020

Os avanços até então alcançados na oferta e qualidade do ensino são provas irrefutáveis da prioridade que se atribuiu à educação no programa de governo. Vale destacar no contexto dos avanços referidos, o crescimento na cobertura da matrícula escolar, que hoje atinge a marca de 161 mil alunos na rede de ensino oficial, conveniada e credenciada através do Projeto Pé na Escola, sendo que a educação infantil obteve, nesses últimos oito anos, um crescimento da ordem de 156,3%, saindo de um patamar de 17.355 alunos matriculados em 2012 para os atuais 44 mil.

O reconhecimento desse esforço pode ser visualizado nos resultados da recente divulgação do IDEB/2019, onde, de acordo com os dados publicados pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), Salvador superou a meta do MEC nos anos iniciais do ensino fundamental, passando de 5,3 para 5,6, saindo da última posição em 2013 e alcançando a 15ª posição entre as capitais brasileiras. Nos anos finais, o resultado foi também exitoso, subindo de 3,9 para 4,3, deixando também a última posição em 2013 e assumindo a 16ª posição no ranking das capitais. Some-se a esse sucesso, o resultado da pesquisa PENAD/IBGE/2019, que coloca Salvador como a primeira capital brasileira na taxa de escolarização da pré-escola, atingindo o estágio de universalização nas idades de 4 e 5 anos.

Não obstante os expressivos resultados já obtidos, a qualificação da infraestrutura continua sendo meta prioritária. Salvador, com a participação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em **R$ 69,2 milhões**, está investindo **R$135,4 milhões** na construção e reconstrução de 27 unidades de ensino da rede municipais, sendo 19 CMEIS e oito Escolas Municipais para atendimento do ensino fundamental. Nesse universo, estão reservados, para o exercício de 2021, a construção e reconstrução de mais oito CEMEIs e três escolas de ensino fundamental, que totalizam **R$ 42,7 milhões**.

O compromisso da educação não se resume no esforço de ampliação e melhoria da rede. Também, temos compromisso com a qualidade do aprendizado. Nesta direção, a Secretaria da Educação, com o apoio financeiro do Banco Mundial, através do Programa Salvador Social, vem intensificando a aplicação de um sistema de avaliação interna e externa para todos os anos de escolarização do ensino fundamental, com o objetivo não só de acompanhar o desempenho e o monitoramento do currículo, mas, principalmente, identificar os pontos críticos de estrangulação do aprendizado para interferir e restabelecer o curso e dar os encaminhamentos necessários à consecução da meta desejada.

Em que pese o fortalecimento contínuo dos propósitos nessa área, com o advento da crise sanitária e a necessidade do fechamento da rede escolar como medida de contenção da disseminação da pandemia, tornou-se necessária a revisão e a adaptação da metodologia de ensino, bem como do currículo pedagógico, introduzindo o ensino remoto, no sentido de atenuar o prejuízo dos alunos em decorrência do afastamento da sala de aula. Assim, foram desenvolvidos o Canal da SMED no Youtube, o aplicativo SMED Conectada, o Nossa Rede na TV, firmada parceria com a Escola mais Digital, que disponibiliza uma plataforma de aulas online, além de viabilizar o acesso à banda larga aos estudantes, com a aquisição e distribuição de mil chips e o pacote de dados para alunos de Ensino Fundamental II e da Educação de Jovens e Adultos II.

Outro fato que merece registro é que, com a suspensão da merenda escolar, e considerando a situação de vulnerabilidade dos alunos e das famílias na crise de pandemia, o governo municipal promoveu a distribuição de 162,2 mil cestas básicas/

mês, como uma forma de mitigar a perda, beneficiando alunos não só da rede oficial, mas os das conveniadas e os matriculados através do Programa Pé na Escola. Esse benefício, previsto para cobertura em todo o período de suspensão das aulas, mobiliza mensalmente uma soma de recursos da ordem de **R$ 12,9 milhões**.

Por sua vez, a Saúde foi o ponto focal da nossa atuação na crise sanitária. Contudo, mesmo com a mobilização para o enfrentamento da pandemia COVID-19, os impactos positivos alcançados são frutos do intenso trabalho realizado ao longo da gestão e podem ser comprovados no crescimento real da área.

Com efeito, a gestão dessa atividade crucial tem registrado ganhos elevados, haja vista o crescimento da cobertura dos serviços em 55,3%, contando com ampliação da rede básica em 45 unidades e as equipes de saúde ampliadas em 241%, passando de um patamar encontrado em 2012 de 104 equipes para 355 atualmente. Para 2021, o setor contará com a maior participação no orçamento, com recursos da ordem de **R$ 1,9 bilhão.**

A cobertura da rede básica, até o final de 2020 atingirá 59%, e com a implantação de mais oito unidades, prevista para 2021, com recursos orçados em R$10,8 milhões, passará à 70%. Já no atendimento especializado, que conta hoje com quatro multicentros de saúde oferecendo consultas especializadas e exames em apoio diagnósticos, em 2021, essa rede contará com mais dois desses equipamentos, localizados no Cabula e no Subúrbio de Salvador, construídos através do convênio PROSUS/SESAB, e que serão operacionalizados pelo Município, ampliando a oferta do atendimento, nesse setor, à população.

Na área de urgência e emergência, com a inauguração da UPA Santo Antônio, na Cidade Baixa, construída com recursos próprios, o Município, passa a operar com 11 UPAs e sete postos de atendimento – PAs, dos quais um voltado ao atendimento psiquiátrico, oferecendo serviço multidisciplinar, inclusive pediátrico. Por sua vez o SAMU, que teve 100% de sua frota de ambulância renovada, vem atuando em 13 bases descentralizadas, contando com 41 ambulâncias, uma lancha, oito motos e um helicóptero para atendimento em situações de urgências e emergências.

No próximo exercício, atendendo à antiga reivindicação coletiva, será implantado o Hospital Veterinário Público Municipal de Salvador, visando atender, principalmente animais domésticos da população que não tem acesso aos serviços veterinários em clínicas particulares.

Em 2020, a atividade de assistência social, em função da pandemia, tem exercido um papel fundamental no amparo e socorro à população mais vulnerável, visando assegurar a dignidade humana desse contingente, com o oportuno suprimento alimentar, concessão de cestas básicas, distribuição de material de higiene, máscaras para proteção pessoal, assistência às famílias desabrigadas, vítimas das chuvas, dentre outras intervenções.

Com recursos da ordem de **R$ 234,8 milhões**, a previsão, para 2021, é não só a ampliação das ações assistenciais, com a reforma de seis equipamentos sócios assistenciais, mobilizando recursos da ordem de **R$ 10,8 milhões,** como a implantação e ampliação de três cozinhas comunitárias; implantação da residência inclusiva para pessoas com deficiência e quatro espaços de convivência para idosos – Casas de Sabedoria; duas novas unidades de atendimento do Cadastro Único, instalação de mais um Centro POP, no Comércio, totalizando cinco unidades para acolhimento de pessoas

em situação de rua; implementação do Programa Primeiro Passo, com previsão de beneficiar, com auxílio financeiro de R$ 65,00/ per capta, 33 mil crianças, que se encontram fora da rede de ensino oficial da prefeitura, sem atendimento educacional, além do suporte às pessoas em estado de vulnerabilidade e risco social. Somem-se a esse elenco de iniciativas, as reformas de dois centros de convivência para atendimento de crianças, adolescentes e jovens.

É oportuno lembrar que a assistência social vem sendo repensada, buscando-se uma linha de intervenção mais estruturante, que viabilize a sustentabilidade econômica do indivíduo. No particular, pretende-se investir, com recursos do IGD Bolsa Família, na qualificação profissional focada no empreendedorismo popular de indivíduos e famílias em condições de vulnerabilidade, inseridos no CADÚNICO e atuantes no mercado informal.

Em relação à promoção da cidadania, a Proposta para o exercício vindouro contempla um conjunto de intervenções afirmativas, voltadas às comunidades quilombolas, no combate ao racismo, à discriminação e à promoção da igualdade racial, bem como à promoção da cidadania LGBT. Em 2021, propõe-se ampliar, em mais de 200 vagas, o curso preparatório do ENEM, passando a beneficiar 1.000 estudantes.

Outra ação relevante é, sem dúvida, a implantação da Casa da Mulher Brasileira, cujo objetivo maior é investir no amparo, proteção e restabelecimento da cidadania da mulher desamparada e vítima de violência, disponibilizando serviços multidisciplinares, inclusive de ordem jurídica e psicológica, e preparando-a, mediante capacitação, para inserção no mercado de trabalho. Adicione-se a esse conjunto de ações focadas na promoção da cidadania do soteropolitano, a preocupação do governo em viabilizar uma condição digna de habitabilidade e investir no esporte e lazer nas comunidades. Nesta linha, o Orçamento de 2021, reserva **R$ 28 milhões** para investir no Programa de Melhoria Habitacional, beneficiando mais de 12 mil residências, a construção de 2.168 novas habitações e a regularização fundiária de 15 mil imóveis.

Já no esporte e lazer, está prevista a atração de 229 eventos, mobilizando aproximadamente 120 mil pessoas com a dinamização e o fomento ao esporte, incluindo-se a promoção de cinco maratonas - Salvador Cidade Que Corre.

O reconhecimento de Salvador como a capital da Cultura e do Turismo, alcançando o status de quarto destino turístico do mundo pela Condé Nast Traveller, vem demandando, de parte do governo municipal, investir na sustentação do conceito, de modo a aparelhar a cidade com as condições básicas para atrair o turismo e fomentar a economia deste segmento.

Contando com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, através do PRODETUR e o do Banco de Desenvolvimento da América Latina, pelo PROQUALI, que totalizam, para 2021, o montante de **R$ 168,4 milhões**, no contexto das intervenções relevantes na área do turismo, destacam-se a implantação do Museu da Música Brasileira de Salvador (MMBS); criação da Casa da História de Salvador; Urbanização da Orla Stela Mares/Ipitanga/Flamengo; melhorias do Centro Antigo da Av. Sete; investimento na sinalização e na segurança turística; elaboração do Plano de Marketing Turístico; capacitação de empreendedores que atuam no mercado turístico e apoio técnico a microempreendedores da área.

# MENSAGEM Nº 24 /2020

Por sua vez, o segmento da cultura, assim como o turismo, foi bastante afetado com o isolamento social, exigência para contenção da crise sanitária da COVID-19.

Frente ao prejuízo social, econômico e cultural, acarretado com a suspensão temporária das atividades do setor, o governo municipal, atento à necessidade de se obter uma alternativa mais efetiva de apoio aos profissionais desse segmento, não poupou esforços na articulação política junto à bancada federal para aprovação da Lei Aldir Blanc – Lei nº 14.017/2020, que já disponibilizou para Salvador um montante de recursos da ordem de **R$18,7 milhões**, com execução extensiva a 2021, visando dinamizar e promover a sustentabilidade do setor cultural, viabilizando subsídios para manutenção dos espaços artísticos e culturais, e a realização de editais e chamadas públicas, dentre outras iniciativas. Complementando essas informações, a área cultural programou, para o próximo exercício, a realização de 101 ações de produção artística, 40 atividades no Projeto Boca de Brasa a requalificação de duas bibliotecas, 28 ações de fomento a leitura, além de oito produções cinematográficas.

Ao estruturar Salvador numa perspectiva de metrópole contemporânea, não se pode perder de vista a necessidade de oferecer o suporte focado, dentre outros aspectos, na oferta de saneamento básico, na mobilidade urbana compatível com a dimensão do crescimento da cidade e a sustentabilidade ambiental como retaguarda do desenho traçado para tornar a capital baiana um local atrativo na perspectiva de habitabilidade, negócios, passeio e lazer.

Assim, consciente de que a preservação do meio ambiente é um compromisso coletivo da comunidade mundial, o governo, não tem medido esforços no trato prioritário desta questão, que pode ser traduzido, particularmente, na preservação da natureza. Para o próximo exercício, estão previstos o plantio de 15 mil árvores, a requalificação de Parques Naturais, a exemplo do Jardim Botânico, a elaboração de um Plano Municipal de Mudanças Climáticas e o investimento em startups para busca de soluções e alternativas nessa área.

Quanto à mobilidade urbana, a gestão municipal tem buscado alternativas modernas e eficientes para oferecer a população um deslocamento que proporcione qualidade, economia de tempo e recursos. Assim, destaca-se o Projeto de Corredores de Transportes Públicos Integrados – o BRT, com um investimento da ordem de **R$ 799,8 milhões**, dos quais **R$ 408,0** financiados pela Caixa Econômica Federal, **R$ 300,0 milhões** de repasse da União e **R$ 91,8 milhões** de contrapartida do município. Esse projeto prevê a execução de um conjunto de obras envolvendo três trechos: o corredor Iguatemi/ Parque da Cidade; Parque da Cidade/Pituba e Parque da Cidade/Terminal da Lapa. Para essa obra, estão alocados no orçamento, para 2021, recursos do montante de **R$ 193,2 milhões**. O BRT contempla, além de um complexo de viadutos que facilitam e desobstruem o trânsito na região, a integração com o metrô e outras linhas de transportes, utilizando o bilhete único.

Ainda voltado à questão da mobilidade, destaca-se o projeto de estímulo ao deslocamento com o uso de bicicleta – Bike no trânsito, com a proposta de ampliar, no próximo ano, 28 Km de ciclovia. Também são previstas intervenções, implantação e repavimentação de vias, envolvendo obras em 104 km, além das propostas de melhoria do trânsito, com a modernização da Rede Semafórica, soluções para pontos críticos de trânsito, e implantação de semáforos inteligentes, dentre outras providências.

# MENSAGEM Nº 24 /2020

Outra questão relevante para cidade e que integra a nossa pauta de prioridade, é a execução de obras de saneamento, entendidas como imprescindíveis por se tratar, também, de uma questão que tem rebatimento direto na saúde pública. Neste sentido, a Proposta de 2021, somando-se ao muito que já foi feito, prevê a requalificação, em 32 km de rede de macro e microdrenagem e o grande projeto de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Mané Dendê, área situada no subúrbio ferroviário, cuja obra envolve uma soma de recursos da ordem de **R$ 499,5 milhões** sendo que 50% ou seja, **R$ 249,7 milhões** financiados pelo BID, e o restante contrapartida do tesouro municipal. Ainda nesta direção, ressalta-se o a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico que integra o leque de ações do Programa PROQUALI- financiado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, com valor previsto no PLOA/2021 em **R$ 2,7 milhões**.

De igual modo, a manutenção da cidade requer sempre atenção especial da gestão, no sentido de oferecer as condições de habitabilidade desejáveis aos cidadãos soteropolitanos. Com essa destinação, está prevista, para 2021, uma soma significativa de recursos, no montante de **R$ 629 milhões**, a serem aplicados em serviços de conservação de vias, iluminação pública, limpeza urbana, poda de árvores, requalificação de escadarias e limpeza de canais, conforme o programa de trabalho para o setor.

Conceber e implementar um Programa de Governo de forma eficiente e eficaz, em um cenário de recursos limitados e de incerteza, buscando honrar os compromissos assumidos e, ao mesmo tempo, atender satisfatoriamente os anseios da sociedade, só tem sido possível pela conduta responsável que se adotou desde o início da gestão, pautada principalmente no planejamento e na observância da responsabilidade fiscal.

Para tanto, tem sido indispensável o investimento contínuo no aparelhamento operacional da gestão, incorporando ao fluxo de trabalho conceitos e práticas modernas, ágeis e confiáveis. Nesta direção e contando, com recursos da Caixa Econômica Federal; do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e do Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, tem sido possível fortalecer a gestão administrativa e financeira do Município, com projetos impactantes na área tributária, no aparato tecnológico, como ferramenta de trabalho e instrumento de gestão, além da racionalização de processos, gerando economia e eficiência operacional da máquina administrativa.

Desse modo, Senhor Presidente, e na expectativa de ter apresentado os subsídios necessários à apreciação e análise da Proposta Orçamentária para o exercício de 2021, que ora encaminho a essa veneranda Casa Legislativa Municipal, aproveito-me de toda a oportunidade para, uma vez mais, expressar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares, o reconhecimento do apoio que a nossa Administração tem recebido, sempre com a melhor atenção, na tramitação das suas propostas, o que, sem dúvida, espelha a convergência de compromisso com o bem-estar e fortalecimento da autoestima dos nossos concidadãos.

Atenciosamente,

**ANTONIO CARLOS PEIXOTO DE MAGALHÃES NETO**
Prefeito